

equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3. Outros ativos e passivos
Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.4. Imobilizado
São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

2.5. Intangível
Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída pela concessionária como parte do contrato de concessão do serviço público de gás combustível canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado). Os direitos de concessão estão avaliados ao custo de aquisição, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Esses direitos de concessão serão amortizados durante o seu período de vigência.

2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
Julgamentos
A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas
As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Valor justo de instrumentos financeiros
Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Tributos
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
A Companhia não possui contingências cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja “provável, possível e remoto”. Assim, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Nota 03 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	3	3
Aplicações financeiras	298	434
Total	301	437

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas de 95% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são classificadas pela Administração da Companhia como “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem consideradas ativos financeiros com

possibilidade de resgate imediato e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Nota 04 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a compensar	9	3
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ a recuperar	22	48
Total	31	51
Circulante	(9)	(3)
Não Circulante	22	48

Nota 05 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para férias	17	16
INSS a recolher	8	12
Outros	-	1
Total	25	29

Nota 06 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social:
Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito é de R\$ 10.000 (R\$ 7.000 em 2016) e o capital integralizado é de R\$ 7.661 (R\$ 6.748 em 2016), tendo seu valor assim distribuído:

Acionistas	Valor integralizado	
	31/12/2017	31/12/2016
Estado do Pará	1.868	1.625
Termogás S.A.	5.793	5.123
Total	7.661	6.748

	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Governo do Estado do Pará	1.785.000	-	1.785.000	25,50%
Termogás S.A.	1.715.000	3.500.000	5.215.000	74,50%
Total	3.500.000	3.500.000	7.000.000	100,00%

Em 19 de março de 2017, os acionistas por meio de Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o novo aumento de capital social, no montante de R\$ 3.000, sem emissão de ações. As contribuições dos acionistas serão realizadas nas seguintes condições: (a) o Governo do Estado do Pará integralizará o capital social no valor de R\$ 765 em moeda corrente nacional, até o dia 30 de dezembro de 2020 e (b) a Termogás S.A. integralizará o capital social da Companhia no valor total de R\$ 2.235 em moeda corrente nacional, até o dia 30 de dezembro de 2020. No exercício de 2017, foi integralizado capital social, no montante de R\$ 913 (R\$ 949 em 2016). Cada ação ordinária confere direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social.
- Prioridade na distribuição de dividendo mínimo cumulativo de 6%, calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendo obrigatório, quando este for superior ao dividendo mínimo assegurado.
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio em caso de dissolução da Companhia.
- Participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias, nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes.
- Em caso de liquidação da Companhia, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à rubrica “Capital social”.
- No exercício em que o lucro for insuficiente para o pagamento de dividendo prioritário, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à rubrica “Reservas de capital”.

b) Distribuição de dividendos:
O estatuto social prevê que, do lucro apurado no fim de cada exercício, deverá ser aplicado o percentual de 5%, antes de qualquer outra destinação, na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. A Companhia, enquanto em operação, distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 75% do lucro líquido ajustado nos termos da lei. A assembleia geral estabelecerá a destinação do lucro líquido remanescente.

Nota 07 - DESPESAS POR NATUREZA

	2017	2016
Por função:		
Despesas gerais e administrativas	(861)	(790)
Remuneração de administradores	(211)	(176)
Outras despesas operacionais	(25)	-
	(1.097)	(966)
Por natureza:		
Serviços profissionais	(110)	(92)
Remuneração dos administradores	(211)	(176)
INSS	(78)	(82)
Associação de classe	(345)	(257)
Passagens aéreas e hospedagens	(53)	(63)
Telefone e energia elétrica	(5)	(18)
Publicações	(12)	(13)
Aluguel e condomínio	(44)	(34)
Depreciação e amortização	(3)	(5)
Outras	(236)	(226)
	(1.097)	(966)

Nota 08 - RESULTADO FINANCEIRO

	2017	2016
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	25	48
Outras	5	-
	30	48
Despesas financeiras		
Juros multas	(2)	(2)
Resultado financeiro	(2)	(2)
	28	46

Nota 09 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS
a) Considerações gerais
No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros e risco de liquidez. A Administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros
Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI, conforme detalhado na Nota 4.

c) Gestão do risco de liquidez
A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. Devido ao fato de a Companhia ainda não ter iniciado sua operação plena, conforme mencionado na Nota 1, a necessidade de caixa está sendo suportada por seus acionistas.

d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros
Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

e) Derivativos
A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Nota 10 - COBERTURA DE SEGUROS
A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para as suas instalações e os bens relacionados, em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas com sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A suficiência da cobertura de seguros não faz parte do escopo de exames dos auditores independentes. A suficiência dos contratos de seguro está evidenciada abaixo:

Finalidade do seguro	Importância segurada-R\$
Incêndio	300
Danos elétricos	30
Despesas fixas	20
Equipamentos Eletrônicos	60
Lucro cessante deorrente da básica	60
Perda ou pagamento de aluguel	40
Responsabilidade Civil – Operações	40
Roubo de bens	30